

# Caiapós reagem à blitz do Governo

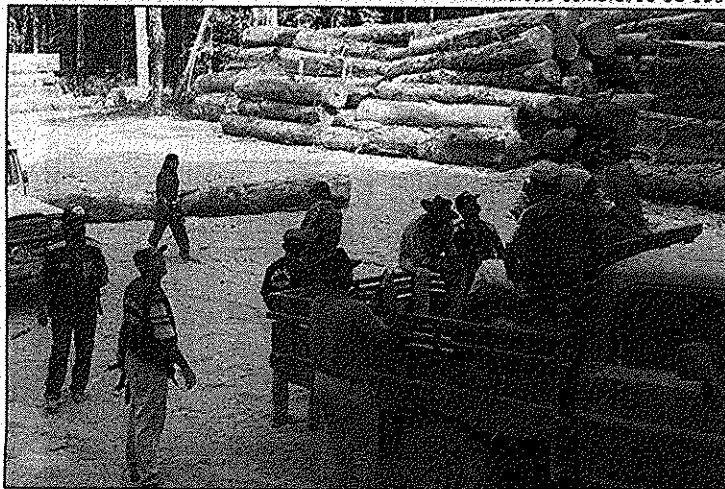
## Índios se armam para impedir que Ibama e Funai apreendam mogno

Marcelo Carnaval/10-08-1998

Jailton de Carvalho

• BRASÍLIA. Terminou em impasse a Operação Xingu, uma blitz realizada ontem na reserva caiapó, no Sul do Pará, por 51 fiscais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama), da Polícia Federal e da Fundação Nacional do Índio (Funai) para reprimir a extração e a venda ilegal de mogno. Com a ajuda das Forças Armadas, os policiais instalaram um acampamento dentro da reserva, mas não conseguiram apreender cerca de 11 mil metros cúbicos de madeira estocados pelos índios.

O clima na região, segundo relato de alguns dos integrantes da operação, é de forte tensão. Depois de uma longa negociação, os índios deixaram os policiais instalarem suas barracas na reserva, mas não admitiram que a madeira fosse apreendida pelo Ibama.



PF NA RESERVA dos caiapós: dessa vez os agentes não puderam agir

Armados com seus instrumentos de guerra, os caiapós insistem em vender a madeira extraída nas matas da reserva. No início da tarde, surgiram informações de que os policiais e os fiscais teriam sido dominados e transformados em reféns pelos índios. A Funai e o Ibama reconhecem que a si-

tuação na reserva é difícil, mas negaram que tenha havido confronto ou que seus funcionários estejam sob o domínio dos índios.

Pelo cronograma inicial, depois da passagem pela reserva, os fiscais devem, hoje, fazer vistorias nas madeireiras de São Félix do Xingu. Essas

madeireiras, de acordo com integrantes do Governo, montaram esquemas de extração ilegal de mogno na reserva caiapó a partir da cooptação de líderes indígenas. Por esse esquema, as madeireiras compram uma árvore, que rende em média 2,5 metros cúbicos de madeira, por R\$ 30. No mercado internacional, um metro cúbico de mogno é vendido por, no mínimo, R\$ 500.

A Operação Xingu, preparada pelo Gabinete de Segurança Institucional e mantida, até então, sob sigilo, é a maior blitz já realizada por órgãos federais em território indígena. Mas um desentendimento entre o comando do Ibama e da Funai sobre a forma de conduzir a fiscalização acabou permitindo que a operação fosse tornada pública. Pela previsão inicial, os fiscais deverão permanecer na região pelo menos duas semanas. ■

INSTITUTO	
Socioambiental	
Fonte	061030
Data	27/09/00 Pg 15
Class.	Kaiapós / Maranhão
Documentação	
191	